



CONCURSO PÚBLICO

Edital 02/2010

ANALISTA EM AUDITORIA E REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SAÚDE Fiscalização – Farmácia

Código 325

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DESTE CADERNO.
Elas fazem parte da sua prova.**

Este caderno contém a **Prova Objetiva** abrangendo conteúdos de **Língua Portuguesa, Atualidades/Legislação e Conhecimentos Específicos**.

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- confira seu nome, número de inscrição e cargo de opção;
 - assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.
-

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

- use apenas caneta esferográfica azul ou preta;
 - preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
 - assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de mais de **uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas**.
-

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

CUIDE BEM DELA, ELA É A SUA PROVA.

No período estabelecido para a realização da prova, está incluído o tempo necessário à transcrição das respostas do rascunho para a **Folha de Respostas**.

ATENÇÃO: Nos termos do Edital 02/2010, “Será eliminado deste Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações: [...], **portar arma(s)** no local de realização das provas [...] **portar** [...] ou fazer uso [...] de **qualquer equipamento eletrônico** [...] ou de **instrumentos de comunicação** [...] **celular** [...] entre outros [...]” (subitem 8.3.30 alíneas “e” e “f”).

DURAÇÃO TOTAL DA PROVA: CINCO HORAS

ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **40 (quarenta) questões de múltipla escolha** — **10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 15 (quinze) questões de Atualidades/Legislação e 15 (quinze) questões de Conhecimentos Específicos**, todas perfeitamente legíveis.

Havendo algum problema, informe-o ***imediatamente*** ao Aplicador de Provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.S^a não observe essa recomendação, ***não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.***

➤ Língua Portuguesa

MINISTÉRIO DA SAÚDE EXIGE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

Estados e municípios devem, a partir desta quarta-feira, notificar os casos graves e as mortes suspeitas por dengue em até 24 horas ao Ministério da Saúde. É o que estabelece a portaria publicada no Diário Oficial da União, oficializando decisão anunciada pelo Ministro da Saúde na semana passada.

5 Os casos de dengue seguem o fluxo rotineiro de notificação semanal, porém óbito, casos graves, casos produzidos pelo sorotipo DENV 4 necessitam de melhor acompanhamento, o que justifica a sua inclusão entre as doenças de notificação imediata. Essa medida possibilitará a identificação precoce de introdução de novo sorotipo e de alterações no comportamento epidemiológico da
10 dengue, com a adoção imediata das medidas necessárias por parte do Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Com a inclusão na portaria, será possível identificar, de maneira precoce, alterações na letalidade da dengue, o que permitirá uma melhor investigação epidemiológica e a adoção de mudanças na rede assistencial para evitar novas mortes.

15 Todas as unidades de saúde da rede pública ou privada devem informar casos graves e mortes suspeitas por dengue às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, que repassam os dados ao Ministério da Saúde. A notificação imediata pode ser feita por telefone, e-mail ou diretamente ao 'site' da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério, de acordo com instrumentos e fluxos já
20 amplamente utilizados no Sistema Único de Saúde. A regra vale, ainda, para casos ocorridos em fins de semana e feriados.

“A mudança na portaria permitirá um conhecimento melhor e mais rápido de como está se comportando a dengue, propiciando uma ação de prevenção e de controle mais oportuna”, explica o Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério,
25 Jarbas Barbosa.

Além disso, também foi publicada a adequação da portaria à nova legislação brasileira, tornando as violências doméstica, sexual e/ou outras violências de notificação universal, por toda a rede de assistência à saúde, e não apenas por unidades sentinelas, como anteriormente.

30 A notificação compulsória pelos serviços de saúde de qualquer suspeita ou confirmação de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas já está prevista na legislação. Com isso, a maioria das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde já estava em processo de expansão para outras unidades de saúde além das sentinelas, incluindo para as Unidades de Saúde da
35 Família e outros serviços de saúde.

Devido à ocorrência de casos importados de sarampo em 2010 e à ampla vacinação realizada contra rubéola em 2008, o Ministério também incluiu todo caso de sarampo e rubéola como de notificação imediata, independentemente de ter história de viagem ou vínculo com viajante internacional. Esta medida foi adotada
40 para detectar casos suspeitos de forma oportuna para adoção de medidas de controle em tempo hábil.

No ano de 2010, foi incorporada ao calendário básico de vacinação a vacina pneumocócica 10 valente. Diante disso, faz-se necessário o estabelecimento de

45 medidas de monitoramento do comportamento das pneumonias no País, que
passam a ser notificadas em unidades sentinelas que integram essa rede de
vigilância específica. A nova portaria passa a ter 45 eventos de notificação
obrigatória, com fluxos e periodicidades distintos, de acordo com a situação
epidemiológica de cada um. Todos os casos notificados são registrados no
Sistema de Informação de Agravos de Notificação, pelas Secretarias Estaduais e
50 Municipais de Saúde. A nova lista de doenças de notificação compulsória e
imediate está em consonância com o novo Regulamento Sanitário Internacional.

Em setembro de 2010, a lista de notificação compulsória incluía cinco novos
itens, entre os quais acidentes com animais peçonhentos, como cobras,
escorpiões e aranhas; atendimento antirrábico após ataque de cães, gatos e
55 morcegos; intoxicações por substâncias químicas, incluindo agrotóxicos e metais
pesados; síndrome do corrimento uretral masculino e sífilis adquirida. A atual
portaria (104/2011) mantém na lista de notificação imediata doenças como cólera,
dengue pelo sorotipo DEN-4, doença de Chagas aguda, febre amarela,
poliomielite, raiva humana, influenza por novo subtipo viral, entre outras. “A
60 notificação dessas doenças possibilita que os gestores, sejam dos estados,
municípios ou o próprio Ministério, monitorem e planejem ações de prevenção de
controle, avaliem tendências e impacto das intervenções e indiquem riscos para a
população”, explica Jarbas Barbosa.

<http://portal.saude.gov.br> (texto adaptado)

Questão 1

Assinale a alternativa que contém uma afirmativa que pode ser confirmada pelo texto.

- A) A portaria restringe-se a organizar os mecanismos de comunicação aos órgãos de saúde de doenças caracterizadas como de risco epidemiológico.
- B) As atribuições prescritas na portaria circunscrevem todas as responsabilidades atribuídas aos órgãos de saúde das prefeituras municipais.
- C) Quanto à notificação referente aos casos de violência, a portaria tão somente disciplina um comando já previsto em norma legal.
- D) Várias doenças, listadas em outras oportunidades, foram mantidas na portaria de que trata o texto, enquanto outras eram excluídas.

Questão 2

A determinação do Ministério da Saúde tem como um de seus objetivos a possibilidade da adoção de medidas

- A) coercitivas.
- B) paliativas.
- C) preventivas.
- D) punitivas.

Questão 3

Assinale a alternativa em que o vocábulo sublinhado **NÃO** foi corretamente explicado entre parênteses.

- A) “A notificação compulsória pelos serviços de saúde [...] já está prevista na legislação.” (OBRIGATÓRIA, COMPELIDA)
- B) “Além disso, também foi publicada a adequação da portaria à nova legislação brasileira [...]” (DOCUMENTO CONTENDO NORMAS DE EXECUÇÃO)
- C) “Em setembro de 2010, a lista de notificação compulsória incluía cinco novos itens, entre os quais acidentes com animais peçonhentos [...]” (VENENOSOS, MALÉFICOS)
- D) “[...] será possível identificar, de maneira precoce, alterações na letalidade da dengue, o que permitirá uma melhor investigação epidemiológica [...]” (SERIEDADE, GRAVIDADE)

Questão 4

“Estados e municípios devem, a partir desta quarta-feira, notificar os casos graves e as mortes suspeitas por dengue em até 24 horas ao Ministério da Saúde.” (linhas 1 e 2)

Assinale a alternativa em que a nova redação, na voz passiva, preserva o sentido e ainda a forma e o tempo verbais.

- A) A partir desta quarta-feira, o Ministério da Saúde será notificado, em até 24 horas, por estados e municípios de casos graves e de mortes suspeitas por dengue.
- B) Estados e municípios deverão ser notificados, em até 24 horas, pelo Ministério da Saúde de casos graves e mortes suspeitas de dengue, a partir desta quarta-feira.
- C) O Ministério da Saúde deve, a partir desta quarta-feira, notificar estados e municípios, em até 24 horas, dos casos graves e das mortes suspeitas de dengue.
- D) Os casos graves e as mortes suspeitas por dengue devem ser notificados, em até 24 horas, ao Ministério da Saúde por estados e municípios, a partir desta quarta-feira.

Questão 5

“A mudança na portaria permitirá um conhecimento melhor e mais rápido de como está se comportando a dengue, propiciando uma ação de prevenção e de controle mais oportuna”, explica o Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério, Jarbas Barbosa. (linhas 22 a 25)

O uso das aspas no trecho acima pretende

- A) apresentar, de certa forma, uma sutil e leve ironia relativa àquele contexto.
- B) destacar um trecho em função da relevância da advertência que é feita.
- C) identificar o objetivo da portaria e seu significado para a prevenção da dengue.
- D) registrar que se trata de citação textual da fala de alguém.

Questão 6

“Em setembro de 2010, a lista de notificação compulsória incluía cinco novos itens, entre os quais acidentes com animais peçonhentos [...]” (linhas 52 e 53)

Mantêm-se o sentido original, o tempo e o modo verbal se substituirmos a forma verbal sublinhada por

- A) havia incluído.
- B) inclui.
- C) incluía.
- D) teria incluído.

Questão 7

“Além disso, também foi publicada a adequação da portaria à nova legislação brasileira, tornando as violências doméstica, sexual e/ou outras violências de notificação universal, por toda a rede de assistência à saúde, e não apenas por unidades sentinelas, como anteriormente.” (linhas 26 a 29)

Desconsideradas as alterações de sentido, mantém-se a obrigatoriedade do uso do acento indicativo de crase **em ambos os casos**, se as expressões sublinhadas forem substituídas respectivamente por

- A) a toda legislação brasileira; a saúde física e mental do cidadão.
- B) as leis recentemente promulgadas; a preservação da saúde.
- C) a um conjunto de normas recentemente aprovadas; a qualquer forma de vida.
- D) a normas referentes à saúde; a todos os aspectos da saúde.

Questão 08

Desconsideradas as alterações de sentido, assinale a alternativa em que se preserva a correção quanto à concordância, de acordo com os preceitos da norma culta.

- A) “Com a inclusão na portaria, será possível identificar, de maneira precoce, alterações na letalidade da dengue, o que permitirá uma melhor investigação epidemiológica e a adoção de mudanças na rede assistencial para evitar novas mortes.”

Serão possíveis, com a inclusão da portaria, identificar de maneira precoce alterações na letalidade da dengue e isso permitirão melhores investigações epidemiológica e adoção de mudanças na rede assistencial para evitar novas mortes.

- B) “Com isso, a maioria das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde já estava em processo de expansão para outras unidades de saúde além das sentinelas [...].”

A maioria das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde já estavam, com isso, em processo de expansão para outras unidades de saúde além das sentinelas [...].

- C) “Estados e municípios devem, a partir desta quarta-feira, notificar os casos graves e as mortes suspeitas por dengue em até 24 horas ao Ministério da Saúde.”

Deve, a partir desta quarta-feira, tanto estados quanto municípios notificarem em 24 horas ao Ministério Saúde os casos suspeitos de dengue.

- D) “A mudança na portaria permitirá um conhecimento melhor e mais rápido de como está se comportando a dengue, propiciando uma ação de prevenção e de controle mais oportuna.”

A mudança nas portarias permitirão conhecimento melhor e mais rápido de como está se comportando a dengue, o que propiciam ações de prevenção e de controle mais oportunas.

Questão 9

“Diante disso, faz-se necessário o estabelecimento de medidas de monitoramento do comportamento das pneumonias no País, que passam a ser notificadas em unidades sentinelas que integram essa rede de vigilância específica.” (linhas 43 a 46)

O pronome sublinhado no trecho acima se refere ao termo

- A) comportamento.
B) medidas.
C) País.
D) pneumonias.

Questão 10

“Em setembro de 2010, a lista de notificação compulsória incluíra cinco novos itens, entre os quais acidentes com animais peçonhentos, como cobras, escorpiões e aranhas [...].”
(linhas 52 a 54)

Desconsideradas eventuais alterações de sentido, assinale a alternativa em que a substituição do trecho sublinhado acarretaria **erro** gramatical

- A) aos quais o Ministério tem estado especialmente atento.
- B) com os quais a saúde pública precisa tomar cuidados especiais.
- C) cujos os quais necessitam de monitoramento específico.
- D) que a saúde pública deve acompanhar e controlar de perto.

➤ Atualidades/Legislação

Questão 11

Empossado Castelo Branco na presidência da República, foi imediatamente adotado o Plano de Ação Econômica do Governo, o PAEG, que vigorou entre 1964 e 1966. Elaborado por Roberto Campos, esse plano foi o instrumento de uma política econômica relativamente ortodoxa, isto é, de controle das taxas inflacionárias por meio de medidas recessivas.

Entre as medidas adotadas pelo PAEG **NÃO** se inclui a

- A) adoção do arrocho salarial.
- B) criação do Banco Central.
- C) criação do FGTS.
- D) instituição de um sindicato autônomo.

Questão 12

Como sempre, assombrados pelo êxito eleitoral do MDB e temerosos pelas possibilidades do partido de oposição nas eleições para o Congresso que iria eleger em 1982, o próximo presidente, os militares aprovaram uma Nova Lei Orgânica dos Partidos, em novembro de 1979. Essa lei extinguiu o bipartidarismo que havia sido adotado após o golpe político civil e militar de 1964, e adotou o pluripartidarismo com o objetivo de enfraquecer o MDB. Na perspectiva dos militares, um número maior de partidos poderia tirar eleitores do MDB e enfraquecer a oposição.

A ARENA e o MDB foram substituídos pelos seguintes partidos políticos, **EXCETO**

- A) Partido Democrático Social (PDS), antiga Arena, que concentrou a maior parte dos conservadores e da direita e continuou sendo o partido da situação, de apoio ao governo militar.
- B) Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que congregou setores liberais, facções e setores de esquerda e manteve-se como partido de oposição moderada.
- C) Partido dos Trabalhadores (PT), a grande novidade na história dos partidos políticos brasileiros, ligado ao *novo sindicalismo* e que propunha uma alternativa socialista para o Brasil.
- D) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Getúlio Vargas no fim do Estado Novo, cuja sigla foi apropriada por Leonel Brizola partido do qual era membro histórico.

Questão 13

Derrotada a Emenda das *Diretas Já*, o novo presidente foi eleito, em 1985, por um Colégio Eleitoral.

Assinale o único partido que **NÃO** participou dessa eleição.

- A) PMDB
- B) PSDB
- C) PT
- D) PTB

Questão 14

Passadas as eleições, politicamente bem sucedidas para o governo Sarney, não obstante o agravamento dos problemas econômicos com a manutenção das medidas do Cruzado I, foi adotado o Cruzado II.

Com o Cruzado II, foram adotadas as seguintes medidas para diminuir o consumo, **EXCETO**

- A) congelamento dos impostos sobre cigarros e bebidas.
- B) descongelamento de tarifas dos serviços públicos.
- C) descongelamento de preços de alguns produtos.
- D) elevação dos preços dos automóveis em 80%.

Questão 15

As transformações sociais são encontradas em vários países, em decorrência da expansão descontrolada da dimensão econômica no mundo globalizado.

Entre essas transformações **NÃO** se inclui

- A) a ampliação da importância dos movimentos sindicais.
- B) a informalidade.
- C) a privatização do Estado.
- D) o desemprego.

Questão 16

As grandes armas estratégicas utilizadas na organização e mobilização do movimento antiglobalização são novas.

A esse respeito, é **CORRETO** afirmar que uma das armas mais importantes desse movimento é(são)

- A) a internet.
- B) a televisão.
- C) as ONG's.
- D) os panfletos.

Questão 17

Sobre as eleições presidenciais de 2010, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a candidata Dilma beneficiou-se da popularidade do presidente Lula que lhe transferiu votos, principalmente no Nordeste.
- B) a candidata Marina Silva foi a responsável pela realização do segundo turno em razão do seu crescimento eleitoral.
- C) os conteúdos programáticos ficaram em segundo plano, ofuscados por temas de caráter polêmico e religiosos.
- D) os escândalos palacianos envolvendo o candidato Serra foram responsáveis pela sua gradativa queda nas pesquisas eleitorais.

Questão 18

Pedro é funcionário público municipal estatutário e efetivo.

NÃO se inclui entre os de direitos sociais aplicáveis a Pedro por força direta da Constituição da República

- A) o décimo terceiro salário.
- B) o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que a remuneração normal.
- C) o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- D) o repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos.

Questão 19

É **CORRETO** afirmar que a um servidor público que ocupe exclusivamente cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração

- A) não se reconhece direito à aposentadoria.
- B) aplica-se o regime geral de previdência.
- C) aplica-se regime especial de previdência.
- D) aplica-se, qualquer seja ele, o regime de previdência adotado pelo ente federativo a que se vincule.

Questão 20

Sobre o poder constituinte, é **INCORRETO** afirmar que

- A) se trata de manifestação soberana da mais alta vontade política de um povo que se organiza social e juridicamente.
- B) na sua forma originária é considerado incondicionado e ilimitado.
- C) pertencem diretamente ao povo a sua titularidade e o seu exercício.
- D) é distinto e anterior aos poderes constituídos dos quais também funciona como fonte.

Questão 21

Em relação às características das normas constitucionais programáticas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Não são de aplicação ou execução imediata.
- B) São previstas mediante uso de conceitos determinados.
- C) Permitem o uso de discricionariedade em sua implementação.
- D) Traduzem-se mais em expectativas do que em direitos subjetivos.

Questão 22

Segundo o que dispõe a Constituição da República sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito, é **CORRETO** afirmar que

- A) só pode ser constituída por decisão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- B) depende de requerimento da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional para ser criada.
- C) tem tempo determinado de duração.
- D) tem poderes de investigação e de decisão próprios das autoridades judiciais.

Questão 23

No contrato administrativo, a subcontratação depende de previsão no ato convocatório e concordância da Administração Pública.

A referida circunstância resulta especificamente

- A) da natureza *intuitu personae* do contrato administrativo.
- B) da natureza de contrato de adesão do contrato administrativo.
- C) da presença de cláusulas exorbitantes no contrato administrativo.
- D) da finalidade pública presente no contrato administrativo.

Questão 24

O Prefeito de Uberaba pretende conceder o uso de um terreno não utilizado pelo Município a uma entidade educativa sem fins lucrativos. Foi indicada a concessão administrativa com instrumento adequado.

Na hipótese, é **CORRETO** afirmar que

- A) não será necessária autorização legislativa.
- B) a concessão se dará mediante contrato.
- C) será necessária a licitação prévia na modalidade de pregão.
- D) a concessão será formalizada por portaria.

Questão 25

Amâncio, servidor efetivo do Poder Executivo de Uberaba que cumpre estágio probatório, é removido de uma Secretaria Municipal para outra.

Na hipótese, é **CORRETO** afirmar que a remoção

- A) é irregular, porque deu-se de ofício e não a pedido do servidor.
- B) é irregular porque é vedada a remoção durante o estágio probatório.
- C) é irregular porque a remoção só pode ocorrer de uma unidade administrativa para a outra, dentro da mesma secretaria.
- D) é regular.

➤ **Conhecimentos Específicos**

Questão 26

Dentre outros assuntos, o Manual Básico de Gestão Financeira do SUS (2003) definia os gastos com ações e serviços públicos de saúde, a Atenção Básica e o Piso de Atenção Básica.

De acordo com esse Manual, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Não poderiam ser consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, as despesas que não fossem diretamente destinadas às ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde ou que não se destinassem ao atendimento do usuário do SUS, ainda que pudessem, indiretamente, contribuir para a melhoria da condição de saúde.
- B) Eram admitidas as despesas com ações e serviços constantes dos Planos de Saúde e da Programação Pactuada e Integrada (PPI), aprovados pelos Conselhos de Saúde e executados pelo respectivo nível de gestão. As ações de vigilância sanitária estão incluídas nessas despesas.
- C) O Piso de Atenção Básica (PAB) era composto de uma parte fixa de recursos (PAB-fixa) destinada à assistência básica e de uma parte variável (PAB-variável), sendo que as ações básicas de vigilância sanitária eram contempladas no PAB-Fixo.
- D) O PAB-variável remunerava direta e automaticamente estados e municípios habilitados à execução de ações previstas em programas e incentivos do Ministério da Saúde, de acordo com regulamentação específica. As ações básicas de vigilância sanitária eram contempladas pelo PAB-Variável.

Questão 27

Em relação à legislação sanitária brasileira, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) As empresas farmacêuticas que exerçam as atividades privativas de farmacêuticos são obrigadas a manter farmacêuticos responsáveis técnicos suficientes, qualitativa e quantitativamente, para prestar a assistência técnica em cada estabelecimento e para a adequada assistência das diversas espécies de produção.
- B) São atribuições dos farmacêuticos a direção, a responsabilidade técnica e o desempenho de funções especializadas nos estabelecimentos que se dedicam a elaboração dos produtos de que trata a Lei n. 6.360/77.
- C) A modificação da composição, das indicações terapêuticas ou da posologia, do processo e do lugar de produção farmacêutica do que estiver registrado, e outras alterações consideradas pertinentes pela autoridade sanitária independem de autorização prévia do órgão ou da entidade competente do Ministério da Saúde.
- D) De acordo com o artigo 6º da Lei n. 6.360/77, a comprovação de que determinado produto, até então considerado útil, é nocivo à saúde ou não preenche exigência estabelecida em Lei, implica sua imediata retirada do comércio, modificação da fórmula de sua composição e alteração nos dizeres dos rótulos, das bulas e embalagens, sob pena de cancelamento de registro e da apreensão no território nacional.

Questão 28

O Guia de Orientações para elaboração do Plano de Ação em Vigilância Sanitária (2007) tem o objetivo de orientar a gestão estadual e a gestão municipal na construção de seus Planos de Ação em Vigilância Sanitária (Visa), apontando sempre a interface deste com os instrumentos do PlanejaSUS e seguindo a lógica do Pacto pela Saúde.

De acordo com esse guia, analise as seguintes afirmativas.

- I. O Plano de Ação em Visa é uma ferramenta de planejamento em que estão descritas todas as ações que a Vigilância Sanitária pretende realizar durante um exercício, assim como as atividades a serem desencadeadas, as metas e resultados esperados e seus meios de verificação, os recursos financeiros implicados e os responsáveis e parcerias necessárias para a execução dessas ações.
- II. A elaboração do Plano de Ação em Visa deve ser realizada pela equipe de Vigilância Sanitária (ou conforme estruturação e dinâmica de trabalho da vigilância local) em permanente articulação com a área de planejamento da Secretaria de Saúde correspondente, além de outros atores que se julguem estratégicos locorregionalmente.
- III. O Plano de Ação em Visa está previsto na Programação das Ações Prioritárias em Vigilância em Saúde. Para a elaboração desse plano deve-se tomar como subsídios: as diretrizes, as prioridades e iniciativas do Pacto pela Saúde, o Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA) e o Plano de Saúde, contemplando-se as prioridades do governo local.
- IV. O Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA), publicado pela Portaria GM/MS n. 1.052, de 08/05/2007, é um instrumento de eleição de prioridades em Visa que reconhece a diversidade do país e respeita a dinâmica das especificidades e heterogeneidades locorregionais.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão **CORRETAS**

- A) apenas as afirmativas I e III.
- B) apenas as afirmativas I, II e IV.
- C) apenas as afirmativas II, III e IV.
- D) todas as afirmativas.

Questão 29

Em relação à inspeção sanitária, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) As amostras apreendidas pela fiscalização em estabelecimentos farmacêuticos são remetidas para laboratório oficial, órgão competente conforme determina a legislação, para análise e após a verificação de irregularidade na amostra analisada, será lavrado pela autoridade sanitária o auto de interdição.
- B) A apreensão de amostras para a perícia técnica deve ser feita com critério e rigor, nos termos da legislação, pois qualquer irregularidade no processo administrativo ou técnico torna sem validade as ações sanitárias executadas.
- C) Apurada qualquer infração à legislação sanitária, valer-se-á a autoridade sanitária dos poderes que lhe confere a Lei n. 6.437/77, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis ao infrator.
- D) O órgão sanitário deve seguir rigorosamente os prazos estabelecidos na legislação, notificando o indiciado, inclusive quanto à realização da perícia de contraprova e de outras possibilidades previstas na legislação sanitária que permitam ao indiciado o direito de se defender do auto de infração que lhe foi imputado pelo agente fiscalizador.

Questão 30

O Pacto pela Saúde e suas dimensões implicaram, para alguns setores da saúde, mudanças significativas no seu relacionamento direto com estados e municípios. O processo de pactuação das ações de vigilância sanitária foi um dos que se adaptou a esse novo modelo de concepção sistêmica. Seu financiamento foi totalmente reestruturado e passou a fazer parte do bloco da Vigilância em Saúde, o qual deve ser utilizado para fomentar as ações prioritizadas no Plano de Ação em Visa estadual ou municipal, em associação às contrapartidas de cada ente.

Diante dessa reestruturação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A Portaria GM/MS n. 204, de 29/01/2007, regulamenta o financiamento e a transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento.
- B) São considerados cinco blocos de financiamento: Atenção Básica, Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, Assistência Farmacêutica, Gestão do SUS e Vigilância em Saúde.
- C) Os recursos federais repassados mediante o bloco da Vigilância em Saúde devem ser utilizados conforme a Programação de Ações Prioritárias da Vigilância Sanitária e a Programação Anual em Saúde.
- D) O bloco de Vigilância em Saúde tem o componente da Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde e o componente da Vigilância Sanitária, sendo que os recursos de um componente não poderão ser utilizados em ações do outro componente.

Questão 31

A legislação farmacêutica vigente no Brasil define critérios para o controle sanitário de medicamentos manipulados.

De acordo com a legislação, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Somente Farmácias e Drogarias poderão receber receitas de medicamentos magistrais ou oficinais, vedada a intermediação sob qualquer natureza.
- B) O nome e endereço do estabelecimento, o número de licença sanitária, o nome do farmacêutico e o número de inscrição do farmacêutico no CRF da jurisdição são itens obrigatórios no rótulo de produtos magistrais ou oficinais.
- C) O rótulo de medicamentos manipulados que contenham substâncias sujeitas a controle especial de que trata a Portaria SVS/MS n. 344/98 deve vir acompanhado de etiqueta vermelha ou preta ou branca, com dizeres específicos, de acordo com a classe terapêutica a que pertença o produto, conforme definido por essa portaria.
- D) O aviamento de fórmulas magistrais e oficinais é privativo das farmácias, quando presente o farmacêutico responsável técnico (RT) ou seu substituto, vedada a manipulação ou dispensa de tais produtos na ausência de responsável técnica.

Questão 32

Considerando as ações estratégicas para o gerenciamento do risco sanitário, numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I** associando as áreas de intervenção e os procedimentos a serem realizados pela Vigilância Sanitária.

COLUNA I	COLUNA II
1. Produtos, serviços e ambientes de interesse à saúde.	() Fomento à estrutura laboratorial para ações de monitoramento de produtos.
2. Educação e comunicação em saúde para a população.	() Ações de intervenção no risco sanitário em parceria com Agricultura, Saneamento, Educação, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, etc.
3. Ações integrais de saúde.	() Inspeção sanitária; coleta de amostra para análise; notificação; investigação; atividades educativas para profissionais do setor regulado.
4. Ações intersetoriais.	() Ações de notificação, investigação e inspeção conjunta com a Vigilância Epidemiológica, Ambiental, Saúde do Trabalhador e Assistência; Participação nos processos de educação destinados às equipes de saúde da família e agentes comunitários de saúde.
5. Ações laboratoriais.	() Elaboração de materiais educativos; divulgação de alerta sanitário; atendimento à denúncia / reclamação; parcerias com instituições de ensino, entidades de classe, organizações não-governamentais, etc.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de números **CORRETA**.

- A) (5) (3) (1) (4) (2)
- B) (3) (4) (5) (2) (1)
- C) (5) (4) (1) (3) (2)
- D) (4) (3) (2) (5) (1)

Questão 33

Em relação à Assistência e Responsabilidade Técnicas de Farmácia e Drogarias, é **INCORRETO** afirmar

- A) que o farmacêutico deve comunicar ao CRF, por escrito, o afastamento de suas atividades profissionais das quais detém responsabilidade técnica, quando não houver outro farmacêutico que, legalmente o substitua.
- B) que, durante o período em que o estabelecimento estiver sem a assistência do farmacêutico responsável, ou de seu substituto, não será permitido o aviamento de fórmulas magistrais ou oficinais, nem a venda de produtos sujeitos a regime especial de controle.
- C) que somente será permitido o funcionamento de farmácias e drogarias sem a assistência do técnico responsável ou do seu substituto, pelo prazo de até 60 dias.
- D) que a comprovação do vínculo para se assumir a responsabilidade técnica de farmácia ou de drogaria pode ser feita pelo registro de firma individual, por estatutos ou contrato social ou pelo contrato de trabalho do profissional responsável.

Questão 34

Dentre os procedimentos de vigilância sanitária descritos no Instrutivo para o Preenchimento da Programação das Ações de Vigilância Sanitária (2008) estão as inspeções em estabelecimentos priorizados no Pacto pela Saúde.

A esse respeito, analise as seguintes ações.

- I. Inspecionar os serviços de diagnóstico e tratamento do câncer de colo de útero e de mama.
- II. Inspecionar os serviços hospitalares (Maternidade e UTI Neonatal).
- III. Inspecionar os serviços de hemoterapia, diálise e nefrologia.
- IV. Inspecionar os serviços de alimentação.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão corretas

- A) apenas as afirmativas I e III.
- B) apenas as afirmativas I, II e III.
- C) apenas as afirmativas II e IV.
- D) todas as afirmativas.

Questão 35

A legislação brasileira define as ações fiscalizadoras dos Conselhos Regionais de Farmácia e da Vigilância Sanitária.

Em relação a essas ações, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O Conselho Regional de Farmácia (CRF) foi instituído com a função específica de fiscalizar o exercício da atividade farmacêutica. Compete aos Conselhos Regionais a inscrição dos farmacêuticos, a fiscalização de suas atividades profissionais, a inscrição dos estabelecimentos cujas atividades requeiram assistência de farmacêutico e a fiscalização das atividades exercidas pelos farmacêuticos nesses estabelecimentos.
- B) À autoridade reguladora específica compete a fiscalização dos estabelecimentos farmacêuticos para verificação das condições de licenciamento e de funcionamento.
- C) Compete à Vigilância Sanitária conceder licença para abertura e funcionamento de novos estabelecimentos farmacêuticos, bem como reavaliar, anualmente e por períodos iguais e sucessivos, a licença de funcionamento desses estabelecimentos.
- D) O Estado ou o Município não fiscaliza os atos profissionais dos farmacêuticos, portanto, não compete à Vigilância Sanitária comunicar as infrações ético-profissionais, observadas nos estabelecimentos, ao CRF da jurisdição.

Questão 36

O artigo 16, do capítulo IV, da Lei n. 5.991/73, estabelece as condições para o licenciamento de farmácias e drogarias.

De acordo com esse artigo, as seguintes condições são necessárias para o licenciamento de farmácias e drogarias, **EXCETO**

- A) localização conveniente, sob o aspecto sanitário.
- B) instalações independentes e equipamentos que satisfaçam aos requisitos técnicos adequados à manipulação e comercialização pretendidas.
- C) assistência de técnico responsável, de que tratam o Art. 15 e seus parágrafos, ressalvadas as exceções previstas em Lei.
- D) possuir instalação devidamente aparelhada para a aplicação de injeções.

Questão 37

De acordo com a legislação vigente, as Drogarias, para seu funcionamento, devem possuir os documentos relacionados abaixo no estabelecimento, **EXCETO**

- A) licença de funcionamento ou Alvará Sanitário expedido pelo órgão Estadual ou Municipal de Vigilância Sanitária.
- B) autorização Especial de Funcionamento (AE), sendo essa autorização definitiva, porém com a ocorrência de mudança de endereço, razão social, farmacêutico responsável, deve ser notificada a autoridade sanitária para as devidas correções.
- C) autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- D) certificado de Regularidade Técnica (CRT) emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) da respectiva jurisdição.

Questão 38

Considerando as bases legais para instituição do medicamento genérico no Brasil e o regulamento técnico para medicamentos genéricos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Compete ao órgão federal responsável pela Vigilância Sanitária no país, definir os critérios para a dispensação de medicamentos genéricos nos serviços farmacêuticos governamentais e privados.
- B) No âmbito do SUS, as prescrições pelo profissional prescritor responsável adotarão, obrigatoriamente, a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI).
- C) Nos casos de substituição do medicamento prescrito pelo medicamento genérico correspondente, o profissional farmacêutico deve indicar a substituição realizada na prescrição, apor seu carimbo ao seu nome e número de inscrição do CRF, assinar e datar.
- D) No caso do prescritor decidir pela intercambialidade de sua prescrição, a manifestação deverá ser efetuada por item prescrito, de forma clara, legível e inequívoca, devendo ser feita de próprio punho, não sendo permitidas outras formas de impressão.

Questão 39

Em relação à Lei n. 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata a Lei n. 6.360/76 as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos tenham sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizam.
- B) Medicamentos importados podem ser industrializados, expostos à venda ou serem entregues ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde.
- C) Dependem de licença para funcionamento os estabelecimentos abrangidos na Lei n. 6.360/76, integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas.
- D) É permitida a adoção de nome igual ou assemelhado para produtos de diferente composição, ainda que do mesmo fabricante, assegurando-se a prioridade do registro com ordem cronológica da entrada dos pedidos na repartição competente do Ministério da Saúde, quando inexistir registro anterior.

Questão 40

Em relação à fiscalização de estabelecimentos farmacêuticos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Compete aos órgãos de fiscalização sanitária dos Estados, do distrito Federal e dos Territórios a fiscalização dos estabelecimentos de que trata a Lei n. 5.991/73, para a verificação das condições de licenciamento e funcionamento.
- B) O servidor público que for sócio ou acionista de qualquer categoria, ou que prestar serviços a empresa ou estabelecimento que explore o comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, poderá ter exercício nos órgãos de fiscalização sanitária.
- C) A inspeção nos estabelecimentos de saúde é representada pelo conjunto de regras coercitivas que visa assegurar o cumprimento das normas sanitárias. Para atingir esse propósito, compete à fiscalização executar ações de caráter preventivo e repressivo, incluindo a averiguação, no estabelecimento, da qualidade e condições de funcionamento de uma empresa e a qualidade de seus produtos.
- D) A fiscalização profissional sanitária e técnica de empresas, estabelecimentos, setores, fórmulas, produtos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica são atribuições privativas dos profissionais farmacêuticos.

FOLHA DE RESPOSTAS

(RASCUNHO)

01 A B C D

02 A B C D

03 A B C D

04 A B C D

05 A B C D

06 A B C D

07 A B C D

08 A B C D

09 A B C D

10 A B C D

11 A B C D

12 A B C D

13 A B C D

14 A B C D

15 A B C D

16 A B C D

17 A B C D

18 A B C D

19 A B C D

20 A B C D

21 A B C D

22 A B C D

23 A B C D

24 A B C D

25 A B C D

26 A B C D

27 A B C D

28 A B C D

29 A B C D

30 A B C D

31 A B C D

32 A B C D

33 A B C D

34 A B C D

35 A B C D

36 A B C D

37 A B C D

38 A B C D

39 A B C D

40 A B C D

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.